

Teologia e economia

Theology and economics

Francisco de Aquino Júnior¹

Resumo

O artigo aborda, a partir do magistério social da Igreja e da reflexão teológica na América Latina, retomados e aprofundados pelo papa Francisco, a complexa problemática da relação entre Teologia e Economia. Começa tratando do interesse da Igreja pelas questões sociais em geral e, concretamente, pela questão econômica e explicitando a forma específica de sua abordagem e intervenção em matéria socioeconômica. E esboça, em seguida, um roteiro de reflexão teológica crítico-criativa da Economia que considere criticamente o atual dinamismo e organização da Economia (diagnóstico) e aponte perspectivas ético-espirituais para sua reestruturação, segundo os desígnios de Deus para a humanidade e o conjunto da criação (desafios e tarefas). Trata-se de uma abordagem analítico-sistemática do tema que, partindo da leitura e análise de alguns documentos do magistério social da Igreja e da reflexão de alguns teólogos latino-americanos, propõe, sobretudo a partir do papa Francisco, uma reflexão que explicita a natureza da relação teologia e economia e indique um roteiro teórico-prático de seu desenvolvimento.

Palavras-chave

Teologia. Economia. Ética. Francisco.

Abstract

The article addresses the complex problem of the relationship between Theology and Economics, based on the Church's social magisterium and theological reflection in Latin America, taken up and deepened by pope Francis. It begins by dealing with the Church's interest in social issues in general and, specifically, the economic question, and by explaining the specific form of its approach and intervention in socio-economic matters. It then outlines a roadmap for critical-creative theological reflection on the Economy that critically considers the current dynamism and organization of the Economy (diagnosis) and points to ethical and spiritual perspectives for its restructuring, according to God's designs for humanity and the whole of creation (challenges and tasks). This is an analytical-systematic approach to the subject which, starting from the reading and analysis of some documents of the Church's social magisterium and the reflection of some Latin American theologians, proposes, above all from pope Francis onwards, a reflection that explains the nature of the relationship between theology and economics and indicates a theoretical-practical roadmap for its development.

Keywords

Theology. Economics. Ethics. Francis.

INTRODUÇÃO

O tema dessa reflexão pode parecer estranho ou mesmo absurdo. O que tem a ver Teologia e Economia? Ou mais radicalmente: o que tem a ver fé e atividade econômica? No fundo, essa estranheza prolonga e radicaliza as tensões presentes na reflexão sobre ética e economia. A compreensão dominante da economia como algo que diz respeito exclusivamente à produção e ao crescimento de bens e riquezas e aos meios necessários para isso, torna problemática e mesmo absurda a relação entre economia e ética e, mais ainda, entre economia e

¹ Doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster. Mestre e bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-doutorado em Teologia na FAJE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Contato: axejun@yahoo.com.br.

Teologia e economia

fé. Parecem questões, não apenas distintas e irreduzíveis, mas completamente independentes e estranhas entre si.

No entanto, uma reflexão mais ampla e profunda sobre fé e sobre economia, bem como sobre as ciências que se dedicam ao seu estudo, Teologia e Economia, ajudam perceber que, por mais irreduzíveis que sejam, elas estão muito mais implicadas do que pode parecer à primeira vista. Enquanto entrega confiante a Deus e esforço por fazer a vida de acordo com seu desígnio para a humanidade, a *fé* envolve todas as dimensões da vida humana – também sua dimensão econômica. Por sua vez, a *economia*, enquanto atividade humana fundamental que diz respeito à reprodução material da vida, que implica opções e tem consequências sociais, políticas, culturais e ambientais, nunca é mera produção de bens e riquezas nem mera questão técnica. Tem sempre uma dimensão ética fundamental que justifica e exige uma reflexão séria sobre economia e ética ou sobre a dimensão ética da economia.² E para os crentes, que situam a ética no contexto mais amplo de sua fé, a economia tem sempre uma dimensão espiritual que diz respeito ao projeto de Deus para a humanidade e, portanto, à relação com Deus e exige uma reflexão séria sobre economia e teologia ou sobre a dimensão teológica da economia.

O objetivo dessa reflexão é simplesmente esboçar, a partir do ensino social da Igreja e da reflexão teológica na América Latina, retomados e radicalizados pelo papa Francisco em seu magistério social, a problemática da relação entre Teologia e Economia, 1) justificando o interesse da Igreja pela economia e 2) indicando um roteiro para uma reflexão teológica sobre a economia.

1 IGREJA E ECONOMIA

Antes de tudo, é preciso problematizar o interesse e a intervenção da Igreja em matéria de economia. O que a Igreja tem a ver com isso? A economia não tem suas leis próprias de funcionamento e regulamentação que independem de outras instâncias da sociedade e especialmente da fé e das instituições religiosas? Não seria isso um resquício da cristandade, onde a Igreja pretendia intervir em todas as esferas da sociedade? Não seria isso intromissão indevida da Igreja em âmbitos que escapam de sua competência e que estão fora de sua área de atuação ou mesmo, quem sabe, instrumentalização política (de esquerda ou de direita) da Igreja por determinados grupos da sociedade?

² Convém recordar aqui que a compreensão de economia como disciplina particular, especializada, marcadamente técnica, separada da ética, surge apenas na segunda metade do século XIX. Até então, o estudo da economia se dava no contexto mais amplo do conjunto das relações sociais ou do funcionamento da sociedade e era designado em termos “economia política”. Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) figuram entre os principais representantes da chamada “economia política clássica”. Só na segunda metade do século XIX, pós-revoluções de 1848, no contexto dos confrontos entre burguesia e proletariado, pensadores vinculados à burguesia começam a desenvolver uma “ciência econômica”, de caráter pretensamente técnico e não ético-político, substituindo, inclusive, a expressão “economia política” pela expressão “ciência econômica”. A obra de Alfred Marshall *Principles of Economics* (1890) consagra, também na nomenclatura, a passagem da “economia política” como teoria ético-social para a “economia” como ciência do (funcionamento) do mercado (NETTO; BRAZ, 2012, p. 27-38).

O magistério social da Igreja, especialmente através das encíclicas sociais, sempre insistiu no direito e no dever da Igreja de intervir em matéria social (RN 8; QA 41; MM 28; PT 85; LE 1, 24; SRS 7, 8, 31; CA 3, 5, 53; CV 9, 16; LS 276). A constituição pastoral *Gaudium et spes*, do Concílio Vaticano II, sobre a Igreja no mundo de hoje, falando da solidariedade da Igreja com a família humana, afirma claramente que “não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração” (GS 1). E dedica toda a segunda parte do documento a alguns problemas que considera mais urgentes no mundo atual: matrimônio e família, cultura, vida econômico-social, comunidade política, paz e comunidade dos povos. A Igreja latino-americana, por sua vez, através das conferências gerais do seu episcopado – Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) – e da sua Primeira Assembleia Eclesial (2021), assumiu profeticamente essa abertura da Igreja ao mundo em um contexto marcado por profundas injustiças, desigualdades sociais e diversas formas ou versões de colonialismo. E fez isso a partir do que se convencionou chamar “opção preferencial pelos pobres”, que constitui “uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DAp 395).

Também a reflexão teológica desenvolvida ao longo do século XX (GIBELLINI, 1998) teve um papel fundamental nesse processo de abertura e envolvimento da Igreja com os grandes problemas da sociedade, que tem no Concílio Vaticano II uma referência fundamental no duplo sentido de “ponto de chegada” e novo “ponto de partida”. Convém destacar aqui a importância da *Teologia política* de Johann Baptist Metz (METZ, 1997; AQUINO JÚNIOR, 2018), “como corretivo crítico a uma tendência extrema de privatização da teologia contemporânea”³ e “como tentativa de formular a mensagem escatológica nas condições de nossa sociedade contemporânea” (METZ, 1997, p. 9, tradução nossa).⁴ E convém destacar de modo especial a importância fundamental da *teologia da libertação* latino-americana (COMBLIN; GONZÁLEZ FAUS; SOBRINO, 1993; CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 1998; SUSIN, 2000a, 2000b; AQUINO JÚNIOR et al., 2022). Ao tomar em sério o desafio da missão salvífica da Igreja no mundo, não apenas encarnando-a em nossa realidade, mas fazendo isso a partir dos pobres e marginalizados que são, no Senhor e juiz, senhores e juízes de nosso mundo, de nossas igrejas e teologias (Mt 25,31-46), a teologia da libertação favoreceu um processo intenso, criativo e profético de envolvimento da Igreja com os pobres e suas lutas por libertação, não obstante os conflitos, as perseguições e até o martírio. Ela contribuiu muito na explicitação da dimensão socioestrutural da fé (AQUINO JÚNIOR, 2011, 2017, 2019). Desenvolveu, inclusive, sobretudo a partir do Departamento Ecumênico de Investigação, na Costa Rica, uma ampla e profunda reflexão sobre teologia e economia (HINKELAMMERT, 1988, 2014; ASSMANN, 1990, 1994; ASSMANN; HINKELAMMERT, 1989; SUNG, 1989, 1992, 1994, 1995).

³ “[...] als kritisches Korrektiv gegenüber einer extremen Privatisierungstendenz gegenwärtiger Theologie” (METZ, 1997, p. 9).

⁴ “[...] als Versuch, die eschatologische Botschaft unter den Bedingungen unserer gegenwärtigen Gesellschaft zu formulieren” (METZ, 1997, p. 9).

Teologia e economia

É verdade que a Igreja, enquanto tal, não tem competência técnica nem os meios necessários para analisar ou propor modelos e projetos econômicos. Não é sua competência nem sua missão específica (QA 41; PP 13; OA 4; LE 1; SRS 41; CA 43; CV 9; LS 188). Como bem afirma João Paulo II, ela nem tem “soluções técnicas” nem propõe “sistemas ou programas econômicos e políticos” (SRS 41). Mas isso não significa que a Igreja não tenha nada a ver com economia ou que possa ser indiferente às soluções técnicas e aos sistemas e programas econômicos e políticos. É que a economia não é uma questão meramente técnica de produção e crescimento de bens e riquezas. Ela diz respeito à reprodução material da vida, envolve tanto produção como distribuição, implica opções e decisões políticas com consequências socioambientais. Tem uma dimensão ética fundamental (OLIVEIRA, 1995, 2020; ALBURQUERQUE, 2006). Tampouco a técnica é uma questão meramente técnica, vale a redundância, já que implica opções e investimentos, responde a determinados interesses e tem enormes consequências socioambientais. Tem também uma dimensão ética fundamental (JONAS, 2015). E isso é ainda mais grave no contexto do que Boaventura de Sousa Santos chama de “fenômeno global de industrialização da ciência”, que se desenvolveu sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940 e que “acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas” (SANTOS, 2010, p. 56-57).

Na medida em que a economia não é uma questão meramente técnica nem a técnica é uma questão que escapa ao âmbito da moralidade, elas têm uma dimensão ética fundamental e, enquanto tal, interessam à Igreja. Falando do direito e do dever da Igreja de intervir em “questões sociais e econômicas”, Pio XI já insistia que essa intervenção não se dá em “assuntos técnicos”, mas no que se refere à “moral” (QA 41). E, aqui, nada é indiferente à fé cristã e à missão da Igreja que diz respeito à realização do reinado de Deus que envolve todas as dimensões da vida humana e, portanto, também a economia. Ela pode estar mais ou menos em sintonia ou em oposição ao desígnio de Deus para a humanidade e para o conjunto da criação e, enquanto tal, tem um caráter mais ou menos salvífico ou pecaminoso. A ação humana tem sempre uma dimensão ético-espiritual fundamental, pela qual o ser humano (individual e coletivamente) é responsável ou responde por suas escolhas diante de si, dos outros, da natureza e de Deus. E é aqui precisamente que se insere o interesse da Igreja pela economia.

Tratando da função da Igreja no mundo de hoje, a constituição pastoral *Gaudium et spes* afirma:

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja por certo não é de ordem política, econômica ou social. Pois a finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa. Mas, na verdade, desta mesma missão religiosa decorrem funções, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a lei de Deus (GS 42).

A propósito desse texto conciliar, afirma Ignacio Ellacuría:

É preciso esclarecer, aqui, o que significa que a missão não é de ordem política, econômica ou social, esclarecimento exigido pelo próprio texto que fala de como a missão religiosa reverte sobre o político, o econômico e o social. Efetivamente, a Igreja tem uma missão própria que não se identifica com a missão do Estado, nem com a dos partidos políticos, nem com a das empresas, nem com a dos sindicatos, nem com a das próprias organizações populares. Distingue-se de todas essas instituições pelo fim que a Igreja pretende e pelos meios que lhes são próprios, mas não se distingue por se referir ao que não fosse próprio das outras instituições. Nada do humano é estranho ao cristianismo. O próprio do cristianismo é o fim que se persegue com o humano e os meios com os quais se busca a realização desse fim. Daí que a missão da Igreja tenha a ver com o político, com o econômico e com o social. Não é dessa ordem, mas tem a ver com cada uma dessas ordens. O concílio formula esse ter a ver em termos de ter funções, luzes e energias para que a sociedade humana seja como Deus quer. Portanto, a Igreja tem que introduzir no político, no econômico e no social não apenas luzes e energias, mas também funções que deem mais realidade a essas luzes e energias. (ELLACURÍA, 1993, p. 693, tradução nossa).⁵

Enquanto presente no mundo e a serviço da salvação do mundo, a Igreja está constitutivamente referida ao mundo. Enquanto lugar e destinatário da missão da Igreja, o mundo é um momento do processo em que essa missão salvífica se realiza. Por isso mesmo, não há nem pode haver oposição radical entre Igreja e mundo (GS 43). A preocupação e o envolvimento com os problemas do mundo aparecem como algo constitutivo da missão da Igreja (GS 11, 42, 89). O concílio chega a afirmar que “o divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo” e que “ao negligenciar os seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres para com o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna” (GS 43). E isso explica e justifica o interesse da Igreja pela economia.

Na medida em que a *economia* é uma dimensão fundamental e primária da vida humana com grandes impactos socioambientais (reprodução material da vida) e na medida em que a *missão salvífica da Igreja* diz respeito a todas as dimensões da vida humana e ao conjunto da criação (realização do reinado de Deus), a Igreja não pode ficar indiferente ao dinamismo e à organização da atividade econômica. Ela pode tanto favorecer quanto dificultar a reprodução e o desenvolvimento da vida humana e do conjunto da criação. Nesse sentido, a economia tem sempre

⁵ “Hay que aclarar aquí lo que significa que la misión no es de orden político, económico o social, aclaración exigida por el texto mismo, que habla de cómo la misión religiosa revierte sobre lo político, lo económico y lo social. Efectivamente, la Iglesia tiene una misión propia que no se identifica con la misión del Estado, ni con la de los partidos políticos, ni con la de las empresas, ni con la de los sindicatos, ni con la de las propias organizaciones populares. Se distingue de todas estas instituciones por el fin que la Iglesia pretende y por los medios que le son propios, pero no se distingue por referirse a lo que fuera propio de las otras instituciones. Nada de lo humano es ajeno al cristianismo; el fin que se persigue con lo humano y los medios con que se busca la rerealización de ese fin, es lo propio del cristianismo. De ahí que la misión de la Iglesia tenga que ver con lo político, con lo económico y con lo social. No es de ese orden, pero tiene que ver con cada uno de esos órdenes. A ese tener que ver, el concilio lo formula en términos de tener funciones, luces y energías para que la sociedad humana se conforme a la ley divina, esto es, para que la historia humana sea como Dios quiere. Por lo tanto, la Iglesia debe tener no sólo luces y energías que introducir en lo político, en lo económico y en lo social, pero también funciones que den más realidad a esas luces y energías.” (ELLACURÍA, 1993, p. 693).

Teologia e economia

um caráter e uma dimensão ético-espiritual fundamental, que a constitui como mediação (graça) ou empecilho (pecado) à realização do desígnio de Deus para a humanidade. Tem sempre um dinamismo gracioso (mediação de graça) ou pecaminoso (mediação de pecado). E é precisamente na medida em que favorece ou dificulta a realização do desígnio de Deus na vida humana em seu nível mais primário e fundamental (reprodução material da vida), vale repetir, que a economia diz respeito e interessa à Igreja (missão salvífica).

Convém, por fim, recordar que o interesse e a preocupação da Igreja com a problemática econômica são muito mais antigos do que se pode pensar. Na verdade, perpassa toda a Tradição eclesial (SIERRA BRAVO, 1967; CAMACHO; RINCÓN; HIGUERA, 1988; GONZÁLEZ FAUS, 1996; PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, n. 323-376). Não no aspecto propriamente técnico (técnicas, modelos e projetos), para o qual a Igreja não tem competência, mas no seu aspecto ético (consequências, responsabilidade, exigências): seja na propagação e defesa de valores e princípios ético-espirituais que devem orientar e regular a atividade e as instituições econômicas; seja na denúncia de modelos, sistemas, técnicas e práticas que atentam contra a dignidade e os direitos das pessoas, das sociedades e do conjunto da criação; seja como exigência, defesa e promoção de técnicas, projetos e sistemas que garantam condições de vida digna para as pessoas e os povos, conservando a biodiversidade. E sempre a partir das vítimas de técnicas e de modelos e sistemas sociopolíticos e econômicos ou do que se convencionou chamar, a partir da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, “opção preferencial pelos pobres” (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 1979, n. 1134-1165). Tudo isso justifica e exige uma profunda reflexão teológica sobre a atividade econômica.

2 REFLEXÃO TEOLÓGICA SOBRE A ECONOMIA

Vimos que o interesse da Igreja pela economia está ligado à sua missão salvífica no mundo: realização do desígnio de Deus para a humanidade e o conjunto da criação. Vimos também que sua intervenção em matéria econômica não se dá no aspecto especificamente técnico, mas na dimensão ético-espiritual: desígnio de Deus para a humanidade, função da economia da vida humana, princípios e critérios que devem orientar e regular o funcionamento e a organização da economia. Nesta segunda parte do texto, inspirados sobretudo no magistério social de Francisco, queremos esboçar um roteiro de abordagem teológica sobre a economia. Mais que desenvolver uma reflexão teológica sobre o atual modelo econômico, queremos indicar, vale insistir, um caminho ou roteiro para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma abordagem crítico-criativa que considere criticamente o atual dinamismo e organização da economia (diagnóstico) e aponte perspectivas ético-espirituais para sua reestruturação, segundo os desígnios de Deus para a humanidade e o conjunto da criação (desafios e tarefas).

2.1 Diagnóstico: “essa economia mata”

Uma reflexão teológica sobre a economia exige discernimento crítico sobre seu dinamismo e sua organização. Isso implica tanto um diagnóstico da situação econômica (sintomas e causas), quanto uma avaliação ético-espiritual de seu dinamismo e de seu funcionamento (vítimas, legitimidade, desafios). Diagnóstico e avaliação ético-espiritual são aspectos distintos e irreduzíveis, mas mutuamente implicados numa reflexão teológica sobre a economia. Quanto mais amplo, profundo e realista for o diagnóstico e quanto mais lúcida, honesta e consequente for sua avaliação ético-espiritual, tanto mais perspicaz, fecunda e eficaz será a reflexão teológica produzida.

Como afirmamos anteriormente, a Igreja, enquanto tal, não tem competência técnica nem os meios teóricos e práticos necessários para fazer um diagnóstico preciso de um projeto, uma atividade ou um modelo econômico. Nem é sua competência nem é sua tarefa. Quanto fala de economia, a Igreja fala a partir do conhecimento que tem da realidade por experiência (cotidiano das pessoas, configuração social, sensibilidade pastoral) e pelos estudos científicos (dados e análises). E toma como referencial ético-espiritual para seu discernimento a reprodução material da vida, a destinação universal dos bens, a função social da propriedade, o respeito e conservação da biodiversidade, cuja prova de fogo é sempre a situação concreta dos pobres e marginalizados: eles são o critério e a medida ético-espiritual de um empreendimento, uma técnica, um modelo ou um sistema econômico qualquer (vale na medida e na proporção que...).

Certamente, pode-se discutir a consistência e veracidade do diagnóstico assumido na reflexão teológica, como se pode discutir igualmente o diagnóstico pressuposto na crítica feita ao referido diagnóstico. Há aqui uma ampla margem de debate que mantém a reflexão sempre aberta e em busca de uma maior e melhor apreensão da realidade (GS 91; AO 4; CA 3). Mas é importante não perder de vista que os diagnósticos não são tão objetivos e neutros quanto podem parecer. Eles estão muito mais vinculados e mesmo condicionados por interesses e projetos do que normalmente se pensa. Não se deve esquecer que todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto. E por isso é preciso problematizar e explicitar os interesses mais ou menos implícitos implicados nos diagnósticos e em suas avaliações: *o a partir de* e *o a serviço de* são fundamentais tanto para o diagnóstico quanto para sua avaliação ético-espiritual. Na perspectiva cristã, centrada na realização histórica do reinado de Deus, os pobres e marginalizados ou os caídos à beira do caminho são o critério e a medida ético-escatológicos da vida social como um todo e, concretamente, do dinamismo e da organização da atividade econômica (Lc 10,25-37; Mt 25,31-46).

Nesse sentido, pode-se entender tanto a *crítica* cada vez mais intensa ao modelo econômico que se desenvolveu e se impôs no mundo nos últimos séculos (capitalismo), quanto a *defesa* dos direitos dos pobres e marginalizados (justiça social), por parte da Igreja. Embora Francisco tenha radicalizado essa postura crítico-criativa (BENTO, 2018, p. 509-523; PASSOS,

Teologia e economia

2021, p. 782-801), tornando-a um aspecto central no seu magistério, na verdade, o que faz é retomar e radicalizar a reflexão social da Igreja desenvolvida sobretudo nas encíclicas sociais.

Já na encíclica *Quadragesimo anno: sobre a reestruturação e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica* (1931), Pio XI constata que “não só se amontoam riquezas, mas acumula-se um poder imenso e um verdadeiro despotismo econômico nas mãos de poucos” (QA 105), chegando a falar de “imperialismo econômico” e de “imperialismo internacional bancário” (QA 109). Defende que “a reta ordem da economia não pode nascer da livre concorrência de forças” e que “a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites é justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida econômica”. E insiste na urgência de “sujeitar e subordinar de novo a economia a um princípio diretivo, [...] seguro e eficaz”: “justiça e caridade sociais” (QA 88).

João XXIII, em sua encíclica *Mater et magistra: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã* (1961), por sua vez, afirma que “a riqueza econômica de um povo não depende só da abundância global dos bens, mas também, e mais ainda, da real e eficaz distribuição deles segundo a justiça” (MM 71). Por isso, diz ele, “deve-se procurar que o desenvolvimento econômico e o progresso social se sujeitem a um mesmo ritmo” (MM 165), ressaltando as “exigências da justiça e da equidade” (MM 119).

Paulo VI, por sua vez, em sua encíclica *Populorum progressio: sobre o desenvolvimento dos povos* (1967), descreve o capitalismo liberal dominante como “um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como um direito absoluto, sem limite nem obrigação social correspondente”, recordando com Pio XI que esse capitalismo gerou um “imperialismo internacional do dinheiro” e chega a qualificá-lo como um “nefasto sistema” (PP 26).

E é nessa tradição que se insere Francisco. Partindo de um diagnóstico da realidade, esboçado de modo mais sistemático em suas encíclicas sociais *Laudato si'* (LS 17-61, 101-136) e *Fratelli tutti* (FT 9-55), sempre a partir das vítimas, do clamor/gemido/grito da Terra e dos pobres (LS 49, 53, 117), faz uma crítica radical ao modelo econômico dominante: “essa economia mata” (EG 53; FRANCISCO, 2015b)! Daí seu grito profético em sua programática exortação apostólica *Evangelii gaudium*: “Não a uma economia da exclusão” (EG 53-54)! “Não à nova idolatria do dinheiro” (EG 55-56)! “Não a um dinheiro que governa em vez de servir” (EG 57-58)! “Não à desigualdade social que gera violência” (EG 59-60)! Não se trata de *slogans* ou frases de efeitos, mas de uma tomada de posição acerca do modelo econômico dominante, fruto de um discernimento ético-espiritual a partir de suas consequências socioambientais e, mais precisamente, de suas vítimas.

Observando o que está acontecendo em nossa casa comum, identificando algumas tendências do mundo atual, perguntando-se por suas causas mais profundas, Francisco constata que está em jogo o próprio padrão de civilização e o modelo de sociedade que se impôs no mundo:

a) “um *modelo econômico* fundado no lucro que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem” (FT 22, grifo nosso); b) “uma *política* cada vez mais frágil perante os poderes econômicos transacionais” (FT 12, grifo nosso); c) uma *cultura*, na qual “esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade” e na qual “reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada” (FT 30). Tudo isso acaba produzindo um *mundo* em que “partes da humanidade parecem sacrificáveis em benefício de uma seleção que favorece um setor humano digno de viver sem limites” (FT 18). É esse modelo de sociedade que destrói a fraternidade, reduz a natureza e as próprias pessoas a mero recurso econômico, subordina o bem comum aos interesses do capital, promove uma cultura da indiferença que torna as pessoas frias e insensíveis ao sofrimento dos outros, produz vítimas e descarta pessoas.

Está em jogo um padrão civilizatório e um modelo de sociedade dinamizado pela lógica do mercado, em sua fase global-financeirista, que se impôs no mundo nas últimas décadas com graves consequências socioambientais (DOWBOR, 2017). Não se trata, aqui, de uma negação pura e simples do mercado, enquanto mecanismo de troca, fundamental sobretudo em sociedades e economias complexas como as nossas, mas de sua absolutização ou de sua transformação em critério e medida absolutos da economia, da política e até mesmo das relações interpessoais e das religiões (FRANCISCO, 2020c, p. 119-124): “alguns pretendiam fazer-nos crer que era suficiente a liberdade de mercado para garantir tudo” (FT 33), mas “o mercado, *per si*, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer nesse dogma de fé neoliberal” (FT 168). Estamos diante de uma das expressões atuais mais claras e eficazes daquilo que a Escritura chama “idolatria”, cuja sobrevivência depende sempre de sacrifícios e sangue (FT 55): “uma vez que o capital se converte num ídolo que governa o sistema socioeconômico, ele nos escraviza e nos coloca uns contra os outros, exclui os pobres e põe em perigo o planeta que todos partilhamos” (FRANCISCO, 2020c, p. 120). Daí a crítica radical de Francisco a esse modelo econômico: “essa economia mata” (EG 53; FRANCISCO, 2015b)! Daí seu apelo ético-espiritual por um “pacto” para mudar os critérios e rumos da economia, colocando-a a serviço da vida (FRANCISCO, 2019; 2020b; 2021; 2022; BRASILEIRO, 2022).

2.2 Desafios e tarefas: “re-animar a economia”

A postura crítico-profética frente a uma economia que mata (diagnóstico) precisa ser acompanhada de uma postura profético-criativa em favor de uma economia a serviço da vida (desafios e perspectivas). Não basta constatar que “essa economia mata”. É necessário apontar perspectivas, caminhos, diretrizes para um dinamismo econômico que responda às exigências ético-espirituais da atividade econômica: reprodução material da vida, destinação universal dos bens, bem comum, função social da propriedade, cuidado da casa comum. Frente a uma economia que mata, o desafio ético-espiritual fundamental é “re-animar a economia”, isto é, colocar a economia a serviço da vida: “trata-se de transformar uma economia que mata em uma economia da vida, em todas as suas dimensões” (FRANCISCO, 2022). E, aqui, insiste Francisco, “não é

Teologia e economia

suficiente maquiagem, é preciso questionar o modelo de desenvolvimento”, ou seja, “não se trata de dar pinceladas de tinta, não: é preciso mudar a estrutura” (FRANCISCO, 2022).

Mas tampouco aqui a Igreja dispõe de competência técnica e dos meios teóricos e práticos necessários para desenvolver, propor e coordenar técnicas, projetos, instituições, modelos e sistemas sociopolítico e econômicos. Nem é sua competência nem é sua missão, conforme temos advertido insistentemente ao longo desta reflexão. Como bem afirma João Paulo II, vale repetir, a Igreja nem tem “soluções técnicas” nem propõe “sistemas ou programas econômicos e políticos” (SRS 41). Sua competência e sua intervenção em matéria econômica – seja no que se refere ao discernimento crítico da economia, seja no que se refere à indicação de desafios e perspectivas para o dinamismo e a organização da economia – é de ordem ético-espiritual: função da economia na vida humana, vida humana no desígnio salvífico-criador de Deus, valores, princípios e critérios que devem orientar e regular a ação humana em todas as dimensões.

Esse aspecto ético-espiritual, confrontado com a realidade, sempre a partir das necessidades e dos direitos dos pobres e marginalizados, pode: a) reorientar a economia em função de sua razão de ser que é a reprodução material da vida ou a garantia dos meios necessários a uma vida digna para todos; b) subordinar o crescimento econômico à responsabilidade socioambiental; c) redirecionar e regular as pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico por critérios socioambientais; d) redefinir critérios e prioridades no dinamismo e na organização da economia: lucro *versus* vida, necessidade *versus* consumo, bem *versus* mercadoria, solidariedade *versus* concorrência; e) prioridade absoluta da satisfação das necessidades materiais básicas.

É nesse sentido e nessa perspectiva que se deve entender, não apenas a crítica de Francisco ao atual modelo econômico (crítica ético-espiritual), mas também suas indicações positivas, das mais genéricas às mais concretas, para reorientar e reestruturar a economia (perspectivas ético-espirituais). O grande desafio, aqui, é “converter o modelo de desenvolvimento global” (LS 194), colocando a “economia à serviço dos povos” (FRANCISCO, 2015b). Não se trata de meras reformas pontuais e superficiais, mas de mudança estrutural (LS 5, 6; FT 7; FRANCISCO, 2015b, 2019, 2020b, 2022): “não estamos condenados a modelos econômicos que centram o seu interesse imediato nos lucros, como unidade de medida, e na busca de políticas públicas semelhantes que ignoram o seu custo humano, social e ambiental” (FRANCISCO, 2020b).

Francisco tem consciência que uma mudança assim tão radical não é algo simples e fácil de concretizar nem em termos teóricos nem muito menos na prática. Nem ele nem ninguém tem “receita” (FRANCISCO, 2015b) para resolver os problemas da sociedade. Daí sua convocação profética para um evento e uma articulação, intitulados *Economia de Francisco*, que reúnam jovens estudantes, empresários e militantes sociais e ajudem a “estabelecer um ‘pacto’ para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã” (FRANCISCO, 2019; BRASILEIRO, 2022). E, embora não tenha nem pretenda oferecer receita nem tampouco propor modelos, projetos e técnicas político-econômicos, em seus aspectos técnicos, políticos e institucionais, não deixa de concretizar alguns desafios e indicar algumas perspectivas que

favoreçam e promovam processos de transformação estrutural da econômica: a) subordinação da especulação financeira à economia real e da economia à política (LS 189, 196; FT 177); b) reduzir, retroceder e até decrescer no ritmo de produção e consumo e em certas modalidades de desenvolvimento (LS 129, 187, 191, 193); c) reconhecer, promover e aprofundar alternativas socioambientais, não obstante seus limites e ambiguidades (LS 26, 34, 35, 37, 54, 55, 58, 111, 112, 167, 168, 169, 179, 180, 206, 211), sem, porém, iludir-se com soluções aparentes ou mesmo cínicas (LS 170, 171, 194, 197); d) proteção e promoção do trabalho e dos direitos trabalhistas (LS 124-129; FT 162; FRANCISCO, 2022); e) importância fundamental dos movimentos populares que “reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos” e “criam variadas formas de economia popular e de produção comunitária” (FT 169); f) necessidade e urgência de mecanismos e instituições políticas internacionais de regulamentação e controle da atividade econômica, particularmente das instituições financeiras internacionais (LS 164, 167; FT 24, 138, 170-175); g) centralidade dos pobres e prioridade absoluta na satisfação de suas necessidades materiais básicas (LS 52, 158, 172; FT 69, 189, 235; FRANCISCO, 2022), dentre outras.

Traduzir esses desafios e perspectivas em políticas econômicas, processos produtivos, instituições econômicas e desenvolvimento técnico-científico que permitam ir reestruturando a economia e gestando um novo modelo e sistema econômicos interessa muito à Igreja (dimensão econômica do reinado Deus ou lugar e função da economia no desígnio de Deus para a humanidade). Mas isso extrapola enormemente sua missão, sua competência e seus meios de atuação (aspecto técnico-político da economia).

Aqui está aberto um amplo campo de criatividade social, política, econômica e tecnológica que envolve diversos e diferentes sujeitos, competências e processos: seja no nível das práticas, dos processos e das tecnologias alternativas no campo e na cidade; seja no nível dos saberes e das ciências voltados para uma economia socioambiental; seja no nível das articulações e instituições que promovam e assegurem o desenvolvimento de práticas, saberes e organismos econômicos socioambientais.

E Igreja, a partir de sua missão, de sua competência e de seus meios próprios de atuação, tem muito a contribuir com tudo isso: insistindo na função e na importância da economia no desígnio de Deus para a humanidade, que é a reprodução material da vida; defendendo os direitos dos pobres, acompanhando e apoiando suas iniciativas e suas lutas por direitos; animando e promovendo iniciativas de economia popular solidária e agroecológicas, especialmente dos setores marginalizados e vulneráveis da sociedade; fortalecendo processos e articulações em defesa dos direitos dos pobres, da justiça social, do cuidado da casa comum, como o “pacto” por uma economia a serviço da vida, convocado e motivado por Francisco; chamando atenção para a importância e o potencial de práticas locais na transformação global da sociedade; enfim, animando a esperança ativa e criativa numa outra economia: uma economia a serviço da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não era nossa pretensão desenvolver uma reflexão teológica sobre a economia, mas apenas explicitar e justificar o interesse e o enfoque da Igreja em matéria econômica e propor um esquema ou roteiro de reflexão teológica crítico-criativa sobre a atividade econômica que considere criticamente o dinamismo e organização da economia e aponte perspectivas ético-espirituais para sua reestruturação, segundo os desígnios de Deus para a humanidade e o conjunto da criação.

Importa insistir aqui que o interesse da Igreja pela economia está ligado à sua missão salvífica no mundo (reprodução material da vida) e que sua intervenção em matéria econômica é de ordem ético-espiritual (valores, princípios e critérios que devem orientar e regular a atividade econômica). Importa insistir também que uma abordagem teológica fecunda e eficaz sobre a economia comporta um aspecto crítico-analítico (diagnóstico) e um aspecto criativo-prospectivo (desafios e perspectivas), desenvolvidos a partir dos pobres e marginalizados. E importa insistir, por fim, que, ao fazer isso, a Igreja nem se desvia de sua missão salvífica nem ameaça a autonomia e a organização dos processos produtivos. Simplesmente insiste na dimensão ético-espiritual da atividade humana como um todo, e concretamente da economia, recordando e promovendo os valores, princípios e critérios ético-espirituais que devem orientar e regular o dinamismo e a organização da atividade econômica em função da reprodução material da vida. ✨

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Eugenio. **Moral social cristiana: camino de liberación y de justicia**. Madrid: San Pablo, 2006.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **A dimensão socioestrutural do reinado de Deus: escritos de teologia social**. São Paulo: Paulinas, 2011.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Nas periferias do mundo: fé, Igreja, sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2017.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Teologia em saída para as periferias**. São Paulo: Paulinas, 2019.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Teologia política. In: FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (Org.). **Theologica latinoamericana: enciclopédia digital**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://teologicalatinoamericana.com/?p=1658>. Acesso em: 9 set. 2023.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de et al. **Susuros del Espíritu: densidad teologal de los procesos de liberación**. Bogotá: Amerindia, 2022.

ASSMANN, Hugo. **Clamor dos pobres e “racionalidade” econômica**. São Paulo: Paulinas, 1990.

ASSMANN, Hugo. **Crítica à lógica da exclusão: ensaios sobre economia e teologia**. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A idolatria do mercado**: ensaio sobre economia e teologia. Petrópolis: Vozes, 1989.

BENTO, Fábio Régio. Adeus reformismo – papa Francisco e a Doutrina Social da Igreja. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 50, n. 3, p. 509-523, set./dez. 2018. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3985/4117>. Acesso em: 9 set. 2023.

BENTO XVI. **Carta encíclica Caritas in veritate**: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Paulinas, 2009.

BRASILEIRO, Eduardo (Org.). **Realmar a economia**: a economia de Francisco e Clara. São Paulo: Paulus, 2022.

CAMACHO, Ildefonso; RINCÓN, Raimundo; HIGUERA, Gonzalo. **Práxis cristã III**: opção pela justiça e pela liberdade. São Paulo: Paulinas, 1988.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **O futuro da reflexão teológica na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1998.

COMBLIN, José; GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio; SOBRINO, Jon. **Cambio social y pensamiento cristiano en América Latina**. Madrid: Trotta, 1993.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos, declarações**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ELLACURÍA, Ignacio. Comentarios a la carta pastoral. In: ELLACURÍA, Ignacio. **Escritos políticos II**: veinte años de historia en El Salvador (1969-1989). São Salvador: UCA, 1993, p. 679-732.

FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020a.

FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato si'**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015a.

FRANCISCO. Carta para o evento Economy of Francesco. **Santa Sé**, 1 maio 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html. Acesso em: 9 set. 2023.

FRANCISCO. Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. **Santa Sé**, 9 jul. 2015b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html. Acesso em: 9 set. 2023.

Teologia e economia

FRANCISCO. Discurso por ocasião do evento Economy of Francesco. **Santa Sé**, 24 set. 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/september/documents/20220924-visita-assisi.html>. Acesso em: 9 set. 2023.

FRANCISCO. **Exortação apostólica Evangelii gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. Mensagem em vídeo para o Encontro Internacional Economy of Francesco. **Santa Sé**, 21 nov. 2020b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201121_videomessaggio-economy-of-francesco.html. Acesso em: 9 set. 2023.

FRANCISCO. Mensagem em vídeo por ocasião do evento Economy of Francesco. **Santa Sé**, 2 out. 2021. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2021/documents/20211002-videomessaggio-economyoffrancesco.html>. Acesso em: 9 set. 2023.

FRANCISCO. **Vamos sonhar juntos**: o caminho para um futuro melhor. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020c.

GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: os pobres na teologia e na espiritualidade cristãs. Antologia comentada. São Paulo: Paulus, 1996.

HINKELAMMERT, Franz. **Crítica à razão utópica**. São Paulo: Paulinas, 1988.

HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. São Paulo: Paulus, 2014.

JOÃO XXIII. **Carta encíclica Mater et magistra**: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. São Paulo: Paulinas, 2010.

JOÃO XXIII. **Carta encíclica Pacem in Terris**: sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. São Paulo: Paulinas, 2012.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Centesimus annus**: no centenário da Rerum novarum. São Paulo: Paulinas, 2012a.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Laborem exercens**: no 90º aniversário da Rerum novarum. São Paulo: Paulinas, 2012b.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Sollicitudo rei socialis**: pelo vigésimo aniversário da encíclica Populorum progressio. São Paulo: Paulinas, 1990.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2015.

LEÃO XIII. **Carta encíclica Rerum novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 2009.

METZ, Johann Baptist. **Zum Begriff der neuen Politischen Theologie**: 1967-1997. Mainz: Grünewald, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A configuração ontológico-ética da economia. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 11-48, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/23730/16735>. Acesso em: 9 set. 2023.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e economia**. São Paulo: Ática, 1995.

PASSOS, João Décio. Fratelli tutti: uma encíclica renovadora sobre coisas novas e urgentes. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 19, n. 59, p. 782-801, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/27291/19634>. Acesso em: 9 set. 2023.

PAULO VI. **Carta apostólica Octogesima adveniens**: por ocasião do 80º aniversário da encíclica Rerum novarum. São Paulo: Paulinas, 2011.

PAULO VI. **Carta encíclica Populorum progressio**: sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Paulinas, 1990.

PIO XI. **Carta encíclica Quadragesimo anno**: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica. São Paulo: Paulinas, 2012.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIERRA BRAVO, Restituto. **Doctrina social y económica de los padres de la Iglesia**. Madrid: COMPI, 1967.

SUNG, Jung Mo. **A idolatria do capital e a morte dos pobres**. São Paulo: Paulinas, 1989.

SUNG, Jung Mo. **Deus numa economia sem coração**. Pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992.

SUNG, Jung Mo. **Se Deus existe por que há pobreza?** A fé cristã e os excluídos. São Paulo: Paulinas, 1995.

SUNG, Jung Mo. **Teologia e economia**: repensando a teologia da libertação e utopias. Petrópolis: Vozes, 1994.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Loyola, 2000a.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). **Sarça ardente**. Teologia na América Latina: perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2000b.

Recebido em: 11/09/2023.

Aceito em: 22/05/2024.